



O movimento social ambiental na internet¹

Edmilson Borges da Silva
Universidade Federal de Goiás/UFG
Bolsista CAPES

Resumo

Este trabalho parte de uma conceituação sobre movimentos sociais, sendo estes mobilizações de grupo social que produzem senso de pertencimento e objetivos gerados por insatisfação social, diante de uma situação social. Sabendo que os movimentos sociais possuem tendências, setores, ramificações e organizações mobilizadoras; buscar-se-á entender as informações publicadas em redes sociais e se essas criam alguma condição de mobilizações face às demandas ambientais que esse conjunto de informações disponibilizam de maneira on-line. Portanto, será preciso saber se as manifestas reações críticas ambientais e suas contrarreações em redes sociais caracterizam uma relação que as vinculem com alguma ramificação do movimento social ambiental, ciente de que a internet reproduz as relações sociais da dinâmica social atual. Realizando uma seleção de notícias e textos de formas diversas publicados em redes sociais, buscará entender a dinâmica social, se estão revelando a hegemonia social ou contestando-a. A “militância” ambiental on-line é algo apenas conjuntural ou denota projetos de maior envergadura na transformação social. Analisando a produção textual na internet sobre questões ambientais, procurando saber suas origens, o lugar na dinâmica social que revela, à luz da teoria sobre movimentos sociais será possível indicar, ainda que provisoriamente, o seu potencial de ação ou, produzir perguntas indicativas de dúvidas potenciais de estudos futuros.

Palavras-chaves: Internet; Questões ambientais; Mobilização social.

Notícias

Em 17/08/2018 o Globo² repercute os dados da MapBiomias sobre questões ambientais. Essa iniciativa intitulada “projeto MapBiomias” é uma iniciativa de universidades, empresas e ONGs. Considerando os dados da matéria jornalística e uma visita à plataforma on-line, uma questão se impõe, porque uma iniciativa reúne

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. E-mail: edborgesdasilva@gmail.com

² Os dados averiguados on-line serão referenciados ao final com o endereço eletrônico e data do acesso.



ambientalistas, institutos de formação e empresas que são, no mínimo, potencialmente danosas ao meio ambiente? Neste caso o Instituto Tecnológico Vale, Agrosatélite Geotecnologia Aplicada, etc. Derivada da primeira, outra questão se coloca, até que ponto assessorias técnicas ambientais têm relativa autonomia para impactar quem paga seus serviços do ponto de vista da “sustentabilidade” e ou preservação ambiental?

Considerando os dados produzidos pela plataforma, o Brasil perdeu 71 milhões de hectares nos diferentes biomas, entre 1985 e 2017, neste período a área destinada à agricultura e a de pecuária cresceram 43%. A ferramenta inédita no mundo, saudada pelos organizadores, permite uma investigação anual da ocupação territorial.

Diante da possibilidade de visibilidade desses dados, sua importância poderia ser tamanha para uma política estatal que considere os custos atuais e futuros do desmatamento, ocupações desordenadas, fiscalização cúmplice diante dos danos, etc. Então, porque financiadores – potenciais desmatadores – e técnicos juntam-se a ambientalistas na empreitada de dilatar dados que os condenem? Acreditam que informações não vão afetar o contínuo avanço do chamado setor produtivo sobre as reservas ambientais, ao contrário, os favorecem nessa empreitada ao dissimularem uma ação de proteção ambiental? Teria os ambientalistas a noção de que essas informações podem produzir contenção e reação?

Na página virtual do Yahoo notícias, mensagem publicada no dia 22 de maio de 2019, repercute matéria do Jornal Folha de São Paulo sobre o avanço do desmatamento. Em duas semanas de maio de 2019, 6.880 hectares de floresta preservada na floresta Amazônica tombaram. As ações do atual governo é de conciliação com quem comete crimes ambientais, afrouxamento da legislação e ataques aos órgãos ambientais do próprio Estado, neste sentido arremata a notícia, os sinais são dados para alavancar o desmatamento. O chefe do executivo foi eleito com esse discurso e assim prometia agir, o espanto de agora foi promessa de campanha.

A revista on-line IHU (Unisinos), repercute as ponderações do economista Manfred Max Neef, este afirma que hoje existem mais escravos do que havia antes da proibição da escravidão e assevera que não fala no sentido figurado. Com cinco postulados e um princípio coloca as pessoas, os ecossistemas, o desenvolvimento que não é necessariamente crescimento e que este, não é possível *ad infinitum*. Tudo isso está subordinado à “reverência” da vida. Nas duas notícias anteriores, desenvolvimento, ainda está, necessariamente vinculado a crescimento, por sua vez, é



expropriação e centralização de riquezas, todo postulado ou princípio que busquem os custos e o futuro ambiental, não são ventos éticos e humanitários nas relações de mercado balizadas por Estados correspondentes.

O portal G1, junho de 2019, noticia que agricultores, ambientalistas e indígenas reflorestam matas ciliares na região Xingu do estado de Mato Grosso, o projeto tem o apoio do instituto socioambiental (ISA). As tensões lidas e ouvidas no texto e reportagem que saúdam a iniciativa: em doze anos de trabalho reflorestaram quatro mil hectares, não significa 2% de uma área de 300 mil hectares que precisaria ser reflorestado em áreas de matas ciliares na bacia do Xingu; a iniciativa refloresta por ano 150 hectares, uma participante do projeto informa que só no ano passado cinco mil hectares foram desmatados na região. Considerando que em 15 dias 6.880 hectares foram arrancados de florestas protegidas na Amazônia, como informa a primeira notícia supra citada, o reflorestamento é uma pequena volta que fazem os desmatadores vendo a necessidade da água no seu processo produtivo.

Essa iniciativa vai buscar sementes com os povos tradicionais, pois suas áreas já não tem acervo repositório de sementes, por ser pequena a experiência de reflorestamento no vasto espaço destruído, recebe tamanha saudação que não corresponde as esperanças, resistências e ações necessárias. Os ambientalistas parecem limpar os glúteos do rei enquanto o “enxurrio³” não cessa.

Cidade no sul do estado do Piauí (Uruçuí), tem um alto índice de contaminação pelo agrotóxico glifosato, isso tem causado contaminação do leite materno – é o que evidencia pesquisa. Outra consequência são abortos em mulheres entre 20 e 30 anos que estão expostas ao veneno, na verdade, toda a população está exposta direta ou indiretamente aos usos deste e de outros agrotóxicos, já que é uma cidade eminentemente submetida à produção de larga escala. Pesquisas e indivíduos que expõem as consequências para pessoas e para a cidade, são contestadas e correm riscos de vida, tudo isso é noticiado na edição virtual do Brasil de Fato de setembro de 2018.

Essa é uma polêmica mundial, as poucas empresas produtoras de pesticidas, herbicidas, inseticidas, etc. sempre estão envolvidas em polêmicas que tratam de controlar e amedrontar pesquisadores e suas pesquisas que denotam os riscos de seus produtos. O Estado dominado por ações organizadas do agronegócio, as instituições técnicas do Estado e os agentes do Estado representam os interesses dessas empresas

³ Expressão coloquial no cotidiano rural no Brasil central para designar disenteria.



e seus negócios, assim, produzem contra informações, leis e impõem a pauta do agronegócio a toda sociedade, o agronegócio e suas empresas tem um setor de imprensa bem atuante, possuem grandes cifras financeiras além das benesses do Estado que financia, refinancia e perdoa dívidas dos “produtores rurais”.

Carta capital on-line, junho de 2019, repercute pesquisas sobre o inseticida clorpirifós que atinge o funcionamento de um neurotransmissor no sistema nervoso central dos insetos, porém, pesquisas descritas na matéria, lembram que, entre outros, os seres humanos também tem esse circuito. A grave consequência do uso deste produto na agricultura é afetar a capacidade cognitiva de crianças.

A página, conexão planeta, 25 de junho de 2019 noticia: “agora são 239 novos venenos em apenas seis meses⁴”. O chefe do executivo nacional, em seu discurso comum, desde a campanha eleitoral, afirma que suas ações serão “não atrapalhar o setor produtivo”, fala aos empresários, “mais direitos e menos emprego ou menos direitos e mais emprego” alerta aos trabalhadores que é alento ao setor empresarial.

Em 04 de julho de 2019, foi a página do Greenpeace que repercutiu a política oficial de desmantelamento e desacreditar dados de órgão do próprio governo em relação ao desmatamento da floresta amazônica. Os dados do INPE (instituto de pesquisas espaciais) denotam que houve um aumento de 88% no desmatamento. Dados esses questionados pelo chefe do GSI (gabinete de segurança institucional), general da reserva que ocupa este posto, Augusto Heleno, afoito a dar murros na mesa; os dados foram questionados e refutados em coro pelo presidente da república e pelo ministro do meio ambiente. No entanto o presidente do Inpe confirma os dados.

Na página on-line do conexão planeta supra citado, agrônoma da ONG Greenpeace, refuta a cantilena do governo que, em governos anteriores se usava uma base ideológica para normatizar e que agora os critérios são técnicos. No entanto, as bases do governo para acelerar a liberação de venenos genéricos não tem nada de científico, afirma Marina Lacôrte: “Há muitas combinações novas, que podem ter efeitos diferentes e que ainda não foram estudadas. A patente é quebrada e outras indústrias passam a produzir (CONEXÃO PLANETA, 2019)”.

Toda essa sanha por liberação de venenos esconde os reais interesses que tem

⁴ No dia 22 de julho esse número alterou. Governo aprova registro de mais 51 agrotóxicos, totalizando 262 no ano. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/07/22/governo-aprova-registro-de-mais-51-agrotoxicos-totalizando-262-no-ano.ghtml>. Acesso em: 22 de jul. de 2019.



natureza econômica, baratear custos para produtores, ampliar a concorrência e não se preocupam com os custos à saúde humana e os danos ambientais. Em 2018, informações da Carta Capital publicada em 2 de julho de 2019, afirmam que os agrotóxicos são fundamentais no negócio bilionário que é o agronegócio, este representou 21,1% do PIB brasileiro. Portanto, reduções fiscais, em 2018, para produzir esses venenos são averiguadas, cita a reportagem, 2 bilhões deixaram de ser arrecadados pelo caixa do governo por gentilezas dadas aos ativos agrícolas.

Outro efeito devastador dessa sanha na liberação de venenos genéricos é o já diagnosticado mal às abelhas, com relevância fundante na polinização, esses insetos são mortalmente atingidos pela pulverização em solo ou aérea, quando caminham em plantas medicalizadas ou ao ingerir pólen e néctar. Sendo as abelhas fundamentais na produção do agronegócio, qual a racionalidade nesse comportamento? Nenhuma, o dito setor produtivo trabalha com os resultados do agora, não faz vigília pelo futuro e não são poucos, entre eles, que entendem que os recursos naturais são inesgotáveis.

A ONG Greenpeace lança na internet um abaixo assinado contra a urgência nas liberações de agrotóxicos e pelo fortalecimento da política nacional de redução de agrotóxicos, a campanha visa proteger as abelhas do letal envenenamento. Quem promove tal campanha, deve acreditar na somatória de ações para pressionar os agentes estatais e privados, pois, um governo que acredita que só é povo aqueles que manifestam ao seu favor, quem postula contra são manipulados e não merece audição, a possibilidade de pressão de uma campanha dessa é quase nula.

Jornal da USP, 01 de julho de 2019, publicado na Alemanha e no Brasil o mapa de envenenamento de alimentos no Brasil. A pesquisa é da geógrafa Larissa Mies Bombardi, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. O trabalho foi publicado em maio na Alemanha, lá estão a sede da Bayer/Monsanto e Basf, indústrias agroquímicas que respondem por 34% do mercado de agrotóxicos no mundo. A pesquisa denota que os níveis de resíduos no Brasil são bem maiores que os tolerados na Comunidade Europeia, os níveis de intoxicação e suicídios motivados por exposição aos agrotóxicos no Brasil, a contaminação da água, etc.

Percepção geral dessas notícias fundadas em pesquisas e ações ambientais é que: a maioria da produção do agronegócio brasileiro vira biocombustível, outra parte é importada, já as plantações de arroz, feijão e outras têm sua extensão diminuída. A grande produção não visa, suprir necessidades básicas ou saciar a fome de brasileiros.



O movimento social ambientalista está organizado desde os anos 70 do século XX. De uma militância oriunda das elites a uma aproximação nos anos 80 com outras classes sociais, Xico Mendes – líder dos seringueiros – é ícone dessa aproximação. Campanhas são estratégias permanentes do movimento ambientalista, na sequência outros movimentos vão incorporar as questões ambientais na sua agenda. Hoje o ciberativismo é a tônica do movimento ambiental. Monitoramento e petições on-line são formas de atuação. Três exemplos que vinculam como parte do movimento ambiental, averiguados na propaganda virtual são o WWF, Greenpeace e Fundação SOS Mata Atlântica, esta última, eminentemente nacional. Recorrendo à página virtual dessas organizações de ação socioambiental se averigua que são organizações ambientais altamente capitalizadas. Antes de seguir essa análise é necessário averiguar o que dizem os produtores rurais e seus representantes.

A contrarreação

A frente parlamentar do agronegócio disponibiliza em seu site uma base de conhecimento para contrapor aos argumentos que os contestam. O texto inaugural assume os argumentos de ambientalistas e outros para na sequência negá-los.

Agricultores enchem os alimentos de veneno. Índios e sem-terra são assassinados impunemente por fazendeiros. Vastas extensões de florestas nativas são derrubadas para dar lugar a plantações de soja ou criação de gado. O agronegócio brasileiro só pensa no lucro, exportando a maior parte da produção para outros países (FPAGRONEGÓCIO, 2019)⁵.

O que as informações precedentes aqui trabalhadas dão conta é exatamente dessa síntese assumida no site da frente parlamentar do agronegócio, eles negam e dizem:

Em termos históricos, há não muito tempo, em 1900, éramos 1,6 bilhão de habitantes. Hoje, somos 7 bilhões. Até 2050, seremos mais de 9 bilhões de bocas para alimentar. Não é possível, hoje, pensar a produção de alimentos como se estivéssemos em 1900. Precisamos de produção de alimentos em larga escala. Lutamos para que isso seja feito sem agredir o meio ambiente, respeitando todas as leis em vigor e sob rigorosa fiscalização (FPAGRONEGÓCIO, 2019).

Quando se diz “lutamos para que isso seja feito sem agredir o meio ambiente”, não seria uma declaração que é uma atividade com altos riscos? Quando diz “respeitamos todas as leis em vigor”, como explicar o constrangimento à sociedade por essa frente diante da incessante luta no parlamento por perdoar multas, dívidas e

⁵ As referências para o site da frente parlamentar do agronegócio serão pelo ano de consulta quando não constar a data de publicação ou atualização virtual do texto.



por alterar as leis que eles julgam serem maléficas aos seus interesses econômicos? Ao afirmar que os processos produtivos se dão sobre “rigorosa fiscalização”, como explicar a constante campanha contra órgãos de fiscalização do Estado, redes que corrompem agentes estatais para fins diversos e as constantes mortes noticiadas e computadas nos conflitos do campo? Em ano eleitoral, constata a CPT (Comissão Pastoral da Terra) que normalmente existe uma diminuição de mortes no campo, porém, o conflito continua com o aumento de participantes, em 2018 registra “960.630 pessoas envolvidas em conflitos” (CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT).

A base de conhecimento disponível no site da frente parlamentar do agronegócio responde a todas as críticas, na sua maioria, são argumentos curtos e alguns fundamentados em nomes cientificamente referenciados que se repetem. Sobre o abuso no uso de “defensivos”, afirmam: “as cerca de 1 milhão de toneladas utilizadas por ano estão dentro do esperado, tendo em vista a produção e o clima brasileiro” (FPAGRONEGÓCIO, 2017).

Argumentam que os países europeus diminuíram os parâmetros aceitáveis em relação aos defensivos e não os proibiram; invocam as certificações para exportar os produtos, portanto, existe controle e se os produtos fossem cheios de agrotóxicos não seriam exportados; afirmam que por ser o Brasil um país tropical, possibilita a proliferação de insetos e que sem “defensivos” a produção cairia pela metade obrigando a expansão da área produtiva e, argumentam que o agronegócio acompanha as inovações tecnológicas pensando na produção sustentável.

Sustentando-se em dois engenheiros agrônomos um da Embrapa e outro da Unicamp, texto de 2016, base de conhecimento no site da frente parlamentar, questionam as informações que os brasileiros consomem 5,2 litros per capita/ano de defensivos, dizem que é um cálculo simplista e equivocado, refutam a metodologia. Em defesa do uso de defensivos dizem que soja, algodão e milho são culturas de exportação, lembram ainda que o algodão, a cana para etanol e as flores não são ingeridas.

Óleo para o preparo de refeições, muitos são à base de flores, outros de soja, além de confirmarem o argumento do mapa sobre o envenenamento dos alimentos brasileiros do jornal USP, julho 2019, que os produtos para exportação como soja e outros são os grandes utilizadores de agrotóxicos, ainda corroboram com a argumentação da carta capital, julho de 2019, de que parte desses alimentos vira



biocombustível e outros são exportados virando mercadorias estranhas à mesa dos brasileiros.

Menosprezam os danos por intoxicação aos trabalhadores alegando que boas práticas resolvem isso. Os danos ao meio ambiente, a contaminação do solo, o risco a insetos, os subprodutos da cana, etc. tudo isso se resolve com boas práticas de manejo?

Contrapor pesquisas científicas de órgão vinculado a ONU com outras pesquisas de agência dos EUA é o suficiente para dizerem que o herbicida glifosato não é cancerígeno. Pesquisador da Monsanto, vendida a Bayer é utilizado para retirar o foco de quem é o inimigo das abelhas, falam de iniciativas para evitar a mortandade de abelhas financiadas por instituições do agronegócios, mas, resumem, o inimigo das abelhas é um ácaro por nome varroa.

Quando se tratam das terras indígenas, o agronegócio não reconhece a lei, em críticas recebidas, essa mesma lei é amuleto, sobretudo quando falam de exportação. O senso de justiça da constituição de 1988 não considerou que a expansão agrícola foi fomentada pelo Estado, portanto, reconhecer hoje o direito de povos lesados secularmente não é justo com os povos que foram levados a fronteiras, afirma os argumentos na base de conhecimento da frente parlamentar do agronegócio. Povos secularmente maltratados por ação do Estado, menosprezados, vilipendiados, humilhados e violentados por diversas faces históricas do Estado, da colônia a república, assim devem continuar, já que não reconhecem os direitos à terra, à vida. O Estado brasileiro sempre foi o “comitê executivo” dessa gente que grilou terras.

Atuação da frente parlamentar do agronegócio tenta esvaziar os efeitos da definição de trabalho escravo, são contra as definições de “jornadas exaustivas e condições degradantes”, trabalham para que não sejam visibilizados aqueles flagrados submetendo pessoas ao trabalho análogo ao de escravos, trabalham para esvaziar o papel do Ministério Público do Trabalho, exigem que o Estado seja preventivo e não punitivo nesse tema. A vida de um trabalhador espera que o explorador aprenda que está explorando?

Os argumentos postados no site da frente parlamentar do agronegócio, refutam ou pretendem refutar todos as críticas que recebem. Como de costume, só assumem a proteção aos seus interesses, não admitem erros, equívocos e direitos de outros. É um setor altamente capitalizado, com forte influência em governos, delimitam ações do



Estado contra ou a favor destes. É possível algum diálogo com quem admite que está certo permanentemente diante de inúmeras evidências de problemas?

Quando a frente parlamentar do agronegócio se defende, apropria das críticas que são feitas ao processo produtivo de larga escala, afirmam que esses relatos, posições, manifestações são produtos de uma audição em novelas ou escuta de ONGs. A mídia e ONGs, para o agronegócio, são os construtores de representações perigosas a produção de alimentos em larga escala.

O movimento social ambiental em análise

O movimento ambientalista, historicamente se dispôs a trabalhar na produção de conhecimentos e sua ampla divulgação como ferramenta de conter capital e Estado no trato destruidor do meio ambiente. Em primeiro plano é possível constatar que essa estratégia teve bons resultados.

O que a sociologia vem qualificando de novos movimentos sociais são as formas de organização social de grupos que reagem e lutam no fronte de um novo regime de acumulação que vem despontando potencialmente com as crises nos finais dos anos 60 para os anos 70 e se consolida nos anos 80 até os dias atuais. Esses momentos históricos do capitalismo, envolvem certo estágio do desenvolvimento das forças produtivas e lutas de classes, são regimes de acumulação que se caracterizam “por cristalizar determinada correlação de forças entre as classes sociais através de uma situação determinada no processo de valorização (organização do trabalho), forma estatal e exploração internacional” (VIANA, 2015, p. 114). No processo de crises e transição do regime conjugado para o regime integral, este último subsistindo aos dias atuais, se organizam de forma substancial vários movimentos sociais que são analiticamente precedido do adjetivo “novos”. É neste contexto que emerge o movimento ambiental.

Diante da profusão de informações técnicas produzidas sobre o meio ambiente e suas ponderações políticas, bem como, das ações destrutivas sobre o meio ambiente realizadas pelo setor privado com o aval estatal e suas respectivas análises políticas publicadas na internet e meios de comunicação convencionais, faz-se necessário analisar qual o papel do movimento social ambiental na produção, divulgação e promoção de ações desse material, seja direto ou indireto. Sendo uma estratégia, qual o potencial do ciberativismo ambiental? São questões necessárias para este texto.



Se considerar os movimentos sociais por sua produtividade histórica, ou seja, “impacto, valores culturais e instituições da sociedade” (CASTELLS, 2006, p. 141), o movimento ambientalista estaria em posição de destaque no último quarto do século XX, afirma Castells. Assim, fica sublinhada a importância do movimento social ambiental nas últimas décadas do século XX e início do século XXI.

O autor supra citado considera que o movimento ambientalista seja “provavelmente o maior e o mais influente de nossos tempos” (2006, p. 94), se apropria de uma tipologia de Alan Touraine, concordando e corroborando com ela, entende movimento social seguindo três princípios: identidade, adversário e visão ou modelo social do movimento que Castells denomina meta societal (2006, p. 95). Acredita Castells que os movimentos sociais devem ser entendidos em seus próprios termos, o que diz ser eles são, para este autor não existe movimentos sociais bons ou maus “todos eles são sintomas de nossas sociedades” (2006, p. 95).

Sabe o autor, que elabora a noção de sociedade em rede para analisar os tempos atuais, que os movimentos são conservadores, reformistas e até revolucionários, não nega isso, no entanto, isso não ganha centralidade diante da tipologia que adota para analisar os movimentos sociais.

Entendendo por ambientalismo:

As formas de comportamento coletivo que, tanto em seus discursos como em sua prática, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional atualmente predominante (CASTELLS, 2006, p. 143).

Assim, o movimento social ambiental, por mais que projete um modelo social, é eminentemente prático, ativista. Sendo ecologia a dimensão teórica desse movimento. Na visão sociológica do autor, ecologia é “o conjunto de crenças, teorias e projetos que contempla o gênero humano como parte de um ecossistema mais amplo, e visa manter o equilíbrio desse sistema em uma perspectiva dinâmica e evolucionária” (CASTELLS, 2006, p. 144).

A análise da sociedade nos termos de Castells, sociedade em rede, onde a ciência e a tecnologia se tornam meios e fins da economia, o tempo e o espaço são transformados, domínio da identidade cultural por fluxos abstratos, poder e informações construindo virtualmente redes reais na mídia (2006, p. 154). Neste fluxo, o movimento social ambientalista questiona o poder da ciência sobre a determinação



da vida, mas, não abre mão de produzir informações e organizá-las de modo a impactar a opinião pública. O conhecimento biológico, informacional e as tecnologias são largamente usados pelos ativistas ambientais em suas ações para impactar Estado, sociedade, empresas e organismos multilaterais nos processos de ordenação jurídica, preservação e constrangimento de ações danosas ao meio ambiente.

O tempo glacial é o tempo indicativo e reativo do movimento social ambientalista em oposição ao tempo cronológico (industrialismo) e ao tempo intemporal (da sociedade em rede que provoca perturbação na ordem sequencial). O tempo glacial está preocupado com os intentos que preocupam a frágil relação entre natureza e humanidade (CASTELLS, 2006).

A preocupação em reconhecer o valor da localidade que colabora com a universalidade em oposição ao Estado-nação e ao nacionalismo são virtudes dos ambientalistas que somada ao tempo glacial, a não violência em suas intervenções e um conhecimento partilhado são indicadores de projetos sociais alternativos que apontam o movimento social ambiental nas análises de Castells (2006).

O arrefecimento do movimento operário, a burocratização e a profunda institucionalização dos sindicatos, a falta de credibilidade dos partidos revela para Castells (2006), mais um aspecto da condição e consequência da sociedade em rede, as mudanças não serão mais pautadas pelo movimento operário, embora não deixe de existir, os novos movimentos sociais, entre eles o ambiental, surgem como alternativas de realizar as lutas e indicar novas perspectivas.

Embora Castells diga que não existam movimentos sociais bons ou maus, ele apresenta os que aproximam do tipo ideal, estes são conservadores e revolucionários. De movimento camponês a milícias são apresentados como sinais dos tempos. Parece que os sinais dos tempos, também, afetam profundamente as análises de Manuel Castells, pois, saúda o movimento social ambientalista como uma resistência aos rumos engendrados pela sociedade em rede. Portanto, uma nova etapa da sociedade, vista em uma de suas consequências, a comunicação global ampliada para exploradores e explorados, não permite que desgarre qualquer resistência, as velhas estruturas persistentes, continuam a enquadrá-las, veja o que diz Castells:

Por outro lado, a maioria das organizações ambientais vem se institucionalizando, isto é, tem concordado com a necessidade de atuar estando inseridas na estrutura das instituições já estabelecidas e de



acordo com as normas de produção e de uma economia de mercado globais. Assim, ações conjuntas com empresas de grande porte têm sido regra e não exceção (2006, p. 164).

Os movimentos sociais são vistos como possibilidades de ampliação da democracia, portanto, no jogo entre conservar o *status quo* no avanço social e ampliá-lo, os movimentos sociais aparecem, quase sempre na literatura especializada, como movimentos progressistas, ainda que Castells os nomeiem como conservadores e revolucionários, ou seja, neste último caso são portadores de projetos inclusivos e por vezes, projetos profundamente transformadores. Vejam essa narrativa:

Historicamente, os movimentos sociais em sentido lato, têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade através de características de persistência e continuidade, que não se resumem apenas em movimentos movidos por necessidades, mas também desenvolvidos a partir de reflexões sobre sua própria experiência (BALIM & MOTA, 2019, p. 2).

As milícias descritas por Castells, ainda hoje persistente, entre outros, de natureza conservadora contribui para uma democracia mais justa?

Atualmente, estes movimentos movem-se por ideais que buscam construir uma sociedade mais democrática e justa, as lutas divergem em suas bases e buscas em uma multiplicidade de causas que apesar de distintas, utilizam dos mesmos meios para atingirem seus objetivos: a rede (BALIM & MOTA, 2019, p. 2).

Se por democracia, refere-se ao único tipo de democracia vigente, a democracia burguesa, então é possível situar movimentos sociais como conservadores, reformistas e revolucionários.

O movimento social ambientalista não é um movimento meramente de conscientização, afirma Castells, em sua existência sempre “procurou exercer influência na legislação e nas atitudes tomadas pelos governos” (2006, p. 163), ou seja, é um movimento operacional em busca de resultados.

Ainda que a abordagem de Castells e seus seguidores ajude com informações e algumas análises a compreender os movimentos sociais, no entanto, este caminho nega questões cruciais. Afetado, muito provavelmente, pelos ventos reformistas e integracionistas dos anos 90, negando o marxismo, o protagonismo do movimento operário, que não é movimento social, uma análise totalizante e se furtando fazer análises críticas dos movimentos sociais, tomando como princípio a autodeclaração dos movimentos sociais como verdade, não seria, sinais dos tempos para o autor, negar o marxismo e afirmar outros caminhos mesmo reconhecendo seus limites?



Em tal cenário é necessário outra possibilidade teórica diante da complexidade dos “sinais dos tempos” que na verdade é, como afirmado anteriormente, um novo regime de acumulação dentro da continuidade do capitalismo que, modificou sem modificar sua essência, a saber: a extração e acumulação de mais valor.

Novo modelo de reorganização da forma de extração do mais valor, novas relações internacionais se colocam e um novo modelo de Estado se estabelece para atender essas exigências da acumulação. Para isso se exigem mudanças na socialização e conseqüentemente na mentalidade. Se o paradigma de outrora se aproveitava do controle do tempo, das técnicas dos trabalhadores, a gerência científica, somava-se a isso, uma ampla produção em série, o aumento da renda dos operários para ter conseqüências no consumo. Agora é necessário regular o consumo segundo a demanda, promover o trabalho coletivo sem perder o controle, aproveitar a oferta de trabalhadores disponíveis para regular salários, etc.

Diante da novidade que é continuidade na exploração e dominação, Estados são questionados e readaptados, trabalhadores colocados em crises e direitos eliminados, desregulamentação e otimização tornam-se mantras. O padrão de consumo aumenta para uns numa população que globalmente aumenta. Esses novos padrões de consumo, tecnologias, comunicação, etc. geram novos padrões de relações e uma demanda maior por matérias primas. Isso não acontece sem reações dos trabalhadores e novas formas de exigir direitos, bens, participação e transformações sociais.

Numa dinâmica em que novos desafios são postos a tarefa de sobreviver frente a reorganização do trabalho, o contexto exige outra teoria para analisar a dinâmica social a qual assume novas exigências sem negar o substancial, as lutas por emancipação humana tem continuidade paralela à continuidade da expropriação. Assim, “Os movimentos sociais são mobilizações (ações, coletivas ou compartilhadas) de determinados grupos sociais derivadas de certas situações sociais que geram insatisfação social, senso de pertencimento e determinados objetivos” (VIANA, 2015, p. 53). A pesquisa e as análises, sobre movimentos sociais, vão além da identidade, adversário e objetivo na qual Castells apropriou de Touraine (2006).

Na proposição conceitual, o autor considerou que são os indivíduos que realizam as atividades, eles existem, sentem e reagem, no entanto, um movimento social é movimento de um grupo social de base que realiza mobilização, ação coletiva compartilhada, quando o grupo sai da inércia e entra em fusão, se efetiva, realiza ação



em comum. Esses grupos podem ser orgânicos (pertencimento) por questão corporal, situacionais (constrangidos) por inserção em relação social e os culturais (escolha) em função de suas opções políticas, crenças e culturais (VIANA, 2015).

Um grupo social participa de uma situação social que pode ser inclusive fundante do mesmo ou que o leve a agir, essa situação pode se dar por descontentamento, opressão, necessidades, inimigos imaginários motivados por ideologias ou doutrinas; essa condição social precisa gerar uma insatisfação social que pode ser motivada por necessidades reais ou fabricadas em função de interesses egoístas ou em defesa do bem estar do seu grupo. Outra característica necessária como condição para emergir um movimento social além de grupo social, situação social, insatisfação social é o senso de pertencimento que significa se perceber como parte do grupo social e que a insatisfação social não é individual e sim coletiva, do grupo a que se pertence; completa as condições para se formar um movimento social, os objetivos, a finalidade, o que grupo almeja alcançar para resolver a situação que se encontra (VIANA, 2015).

Entender a existência dos movimentos sociais faz necessário entender a distinção entre estes e suas ramificações. Um movimento social consolidado gera ramificações que é parte do movimento e não sua totalidade. Uma ramificação pode representar ou se autonomizar do seu tronco originário, em um movimento pode surgir interesses setoriais, de subgrupos e de indivíduos (VIANA, 2015).

Entender um movimento social, pressupõe sua complexidade real, condição para a construção conceitual, entender a relação destes com o Estado, a luta de classes, o modo de produção e outros elementos que constriem, intensifica a competição social interna, provoca cooptação ou burocratização e mercantilização dos movimentos sociais.

Se o modo de produção capitalista tem como fundamento a extração de mais-valor, exige um Estado que possibilita as condições aparentes, ideológicas e legais para controlar as reações na sociedade civil organizada em movimentos sociais. O que as questões ideológicas não convencem a repressão realiza.

As ondas de mercantilização que seguem os regimes de acumulação, atingem o auge no regime de acumulação integral. Os movimentos sociais surgem em um momento que as mercadorias invadem os espaços e as formas sociais, no regime de acumulação intensivo, poucos e com baixa afetação mercantil (VIANA, 2015, p. 121).



As ondas de mercantilização possibilitam entender o estágio em que se encontram o movimento ambiental e sua repercussão na internet. Uma rápida visita nos sites de organizações ambientais, ONGs (organização não governamental), institutos, e OSCIPs (organização da sociedade civil de interesse público) revela como estão profundamente capitalizadas.

Não é possível agir numa sociedade capitalista, competitiva, burocrática e mercantil sem dispor de algum recurso seja financeiro, humano e patrimonial. Como as organizações ambientais manipulam conhecimentos de natureza científica, fazem usos de plataformas em redes on-line, necessitam de conhecimento técnico sobre tecnologias da informação, realizam *lobby*, monitoram governos e empresas, isso tem custos.

Todo esse conjunto de atividades exige um plantel de trabalhadores técnicos ou não, permanentes e remunerados. As organizações ambientais estão contestando o jogo do modo de produção jogando suas regras. Portanto, suas ações misturam atitudes de conservação, proteção, recuperação, denúncias e circulação de informações, tudo isso inspirados em conhecimentos de natureza tradicional e científica, misturam perspectivas de saúde e espirituais na divulgação de como entendem uma correta interação entre humanos e natureza.

Como constata Castells (2006), sofrendo as consequências da relação institucional das velhas estruturas que se propõem a jogar; ou como analisa Viana (2017), ainda que generalizando a todos os movimentos sociais sobre o regime de acumulação integral, estes são afetados pelos processos que intensificam a mercantilização, burocratização e competição; outros elementos que ajudam na integração ao capitalismo é o paradigma subjetivista e o imaginário conveniente⁶, todas essas questões trabalham para conter uma radicalização dos movimentos sociais que atrapalhem as relações de expropriação de riquezas, como as ocorridas nos anos 60.

Boa parte das publicações em rede social, sobre questões ambientais, podem ser mobilizações coincidentes ou compartilhadas (VIANA, 2015, p. 46). Pois, com a relação de competição entre os blocos dominante e reformista (VIANA, 2015b),

⁶ O imaginário conveniente é composto por representações cotidianas ilusórias que são úteis ou servem aos interesses de quem o manifesta. No caso dos movimentos sociais, o imaginário conveniente manifesta interesses pessoais os interesses imediatistas de determinados grupos sociais (VIANA, 2017, p. 63).



militantes e classes auxiliares deste último, terminam usando as informações ambientais, com o devido trato político, como processos para desabilitar o bloco dominante e sua hegemonia situacional nas instituições do Estado. Essas publicações virtuais sobre as agressões ao meio ambiente, à saúde humana, novas tecnologias que ampliam a agressão ambiental, são divulgadas não por senso de pertencimento numa ação coletiva compartilhada, mas, por muitos que partilham objetivos semelhantes sem necessariamente pertencer ao grupo social que por situação comum participam dos movimentos ambientalistas. Ainda que muitas dessas informações sejam corretas, verídicas e possíveis de averiguar suas procedências, que faça um bom diagnóstico da deterioração ambiental no Brasil e no mundo, são usadas no plano de quem disputa o Estado, suas regulações e raramente vão apontar para a superação do capitalismo como condição para o fim de todos os males.

Ideologias vão sendo sistematizadas como condição de melhorias para a vida, economia sustentável – mesmo a produção e o Estado capitalista utilizando e regulando um maior uso de recursos não renováveis e um maior uso de recursos renováveis que sua capacidade de renovação –, economia ecológica, ecotopia e outros, no entanto, a integração, o imaginário conveniente e um certo constrangimento de declarar a superação do capitalismo, assolam essas organizações do movimento social ambiental. Como foram declarados os novos sujeitos da emancipação nas lutas anticapitalista, suas relações de conciliação, declararam o movimento operário como superados e incapaz de enfrentar o capital e o Estado para fazer a revolução.

O grupo social é maior que o movimento social, onde este se origina, e as ramificações dos movimentos sociais é parte do movimento social, não sendo sua totalidade. Entre as ramificações, estão as organizações mobilizadoras, importante para a execução do movimento social, “As organizações mobilizadoras são assim chamadas por serem organizações dos movimentos sociais criadas para efetivar a mobilização dos mesmos” (VIANA, 2016, p. 11).

As ONGs, OSCIPs, Institutos, e outros, nasceram ou foram levados ao estatuto jurídico propiciados pelo Estado, para com este conveniar e executar serviços que fazem parte da obrigação do Estado ou por este omitidos. Quando organizações



ambientais, nascem ou evoluem a esta condição estão sofrendo o constrangimento da estrutura social existente (CASTELLS, 2006) ou estão se autonomizando do grupo e dos movimentos a qual lhe dera origem para satisfazer interesses de subgrupos, setores ou indivíduos (VIANA, 2015).

Neste caminho, o movimento ambiental, produziu conhecimento e ações que viraram referências para discursos de governos e empresas dissimularem; pautam a mídia tradicional; as redes sociais e contagia ações compartilhadas de outros movimentos sociais. No entanto, não colocam em xeque o real problema e sua consequente superação, o modo de produção capitalista. Os pobres já foram e são constantemente colocados como vilões do meio ambiente, a densidade demográfica outra vilã, entre outras questões (ALIER, 1998), o ambientalismo como movimento social, gerou bens e serviços, produziu forte integração ao Estado e ao mercado, intimados e desejando sentou-se à mesa da conciliação. Suas ações espetaculares em mares ou terra com frotas de navios, cruzeiros, ocupações de usinas nucleares, etc. parece não assustar o setor empresarial que pauta governos e movimentos sociais.

No plano reformista, lugar de segurança do movimento ambiental, cabe convênios de várias organizações mobilizadoras, com potenciais inimigos do meio ambiente. O movimento social ambiental e outros, nomeados como novo sujeito da revolução, na verdade não cumprem essa necessidade, pois, os pressupostos de uma nova sociedade, um projeto de sociedade que supere o capitalismo não são apresentados, a revolução não é necessidade dos novos movimentos sociais, ao contrário, esse termo é abjurado e tudo que a ele se assemelha, execrado. Que mudanças alcançará o conjunto de informações produzidas por ambientalistas em conformidade com centros técnicos e empresas? A espera que outros movimentos sociais façam bom uso desse conjunto de informações para potencializar projetos sociais de ruptura com o capitalismo, causa maior da destruição ambiental.

Conclusão

O movimento social ambiental produz, organiza e dissemina muitas informações com rigor científico e análises políticas conflitantes ao modo de produção capitalista. Impacta inúmeros perfis nas redes sociais, jornais, sites, pesquisas e outros, questiona governos e empresas, porém, se soma a empresas, institutos de formação, são financiados por empresas e fundos públicos para produzir conhecimentos e estratégias de intervenção. Foi apresentado, com outros movimentos sociais, que vieram à proa



no regime de acumulação intensivo, como novos sujeitos das mudanças em substituição ao proletariado e suas lutas. O movimento social ambiental, produziu inúmeras organizações mobilizadoras que trazem em sua gênese necessidades de burocratização, mercantilização e competição, demonstrando muito mais integração do que capacidade de colocar em xeque o criador dos danos ambientais. De fato, o conhecimento, as informações e ações engendradas pelo movimento social ambiental, permitem denotar o quanto o modo de produção capitalista é parasitário dos recursos ambientais e do proletariado, no entanto, esse movimento social com suas organizações mobilizadoras, com suas estratégias e convicções não vai antagonizar o capitalismo, propor e agir por sua superação. Essa tarefa pode até contar com ramificações do movimento social ambiental, no entanto, é missão para o sujeito histórico revolucionário negado nas análises que fazem as abordagens sobre os novos movimentos sociais.

Referências

ALIER, Joan Martínez. Da ecologia ecológica ao ecologismo popular. Blumenau: Furb, 1998.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e terra, 2006.

VIANA, Nildo. Os movimentos sociais. Florianópolis: Bookess, 2015.

VIANA, Nildo. As esferas sociais: a constituição capitalista da divisão do trabalho intelectual. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015b.

VIANA, Nildo. Movimentos Sociais e Organizações Mobilizadoras. Disponível em: <https://redelp.net/revistas/index.php/rel/article/view/653/562>. Acesso em: 23 de jul. 2019. Revista espaço livre. V. 12, jan. jun./2017.

VIANA, Nildo. Vantagens competitivas, microrreformismo e imaginário conveniente: a integração dos movimentos sociais no capitalismo contemporâneo. Disponível em: <https://redelp.net/revistas/index.php/rel/article/view/749/655>. Acesso em: 23 de jul. 2019. Revista espaço livre. V. 12, n. 24, jul. dez./2017.

VIANA, Nildo. Movimentos sociais em rede: o ativismo ambiental na internet como novo instrumento na proteção do meio ambiente. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=89bc58c331d7bad4>. Acesso em: 23 de jul. 2019.

Em três décadas, Brasil perde 71 milhões de hectares de florestas. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/em-tres-decadas-brasil-perde-71-milhoes-de-hectares-de-florestas->



[22987227?fbclid=IwAR09SXUBLy7UR8w8fFI7avCm939xpL7OG5CP8rt1nWLGGs4WHSaK8jdzLJA](https://br.noticias.yahoo.com/bolsonaro-desmatamento-amazonia-213242929.html). Acesso em: 21 de jul. de 2019.

Era Bolsonaro está gerando desmatamento de 19 hectares por hora na Amazônia. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/bolsonaro-desmatamento-amazonia-213242929.html>. Acesso em: 21 de jul. de 2019.

“Hoje há mais escravos do que havia antes da proibição”, constata Manfred Max Neef, economista. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/noticias/556075-hoje-ha-mais-escravos-do-que-havia-antes-da-proibicao-da-escravidao?fbclid=IwAR0Gb_gEk0z61KywWL-T1Em7VfHqr5u2mROGLq97L75kzJzYrXwK8B7RHY8. Acesso em: 21 de jul. de 2019.

Agricultores, ambientalistas e indígenas se unem para reflorestar fazendas em MT. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2019/06/16/agricultores-ambientalistas-e-indigenas-se-unem-para-reflorestar-fazendas-em-mt.ghml?fbclid=IwAR0Wed5hWhQDG1rsAOy4FyqlCYDERaRHNvhozv4ygvGWy6Z6kC9I56EU3g0>. Acesso em: 21 de jul. de 2019.

Um aborto a cada quatro grávidas: a cidade em que o glifosato mata quem não nasceu. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2018/09/17/um-aborto-a-cada-quatro-gravidas-a-cidade-em-que-o-glifosato-mata-quem-nao-nasceu/?utm_source=bdf&utm_medium=referral&utm_campaign=facebook_share&fbclid=IwAR1KxV5zZypIgt3uHes9vWRh8jZXNphLCwYKVOoVYR9PL_4bh_gzPBIVarM. Acesso em: 21 de jul. de 2019.

Bolsonaro exige restrições na divulgação de dados ambientais. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/agrotoxico-que-reduz-qi-de-criancas-tem-uso-crescente-no-brasil/?fbclid=IwAR3hLkF4jToIKuR9G9b1hhO4hYtjPeMsSd9TLMTAg9Q54py5opFcrIzzmUE>. Acesso em: 21 de jul. de 2019.

Governo Bolsonaro confirma agenda antiambiental de destruição da Amazônia. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/governo-bolsonaro-confirma-agenda-antiambiental-e-de-destruicao-da-amazonia/?fbclid=IwAR1IRtWORRhz5gV47em-5A1OSF7PdMvygQ8Zv1d3iF3NXkw5cvl3nKWBio>. Acesso em: 22 de jul. de 2019.

É o fim da picada! Os agrotóxicos estão exterminando as abelhas. Disponível em: https://www.greenpeace.org.br/salve-as-abelhas?utm_source=facebook&utm_medium=paid&utm_campaign=agricultura&utm_content=en_201907_dco_cAudience&hsa_cam=23843626968390295&hsa_ver=3&hsa_net=facebook&hsa_acc=10154773583772543&hsa_grp=23843626968400295. Acesso em: 22 de jul. de 2019.

Governo Bolsonaro libera mais 42 agrotóxicos: agora são 239 novos venenos em apenas seis meses! <http://conexaoplaneta.com.br/blog/governo-bolsonaro-libera>



[mais-42-agrotoxicos-agora-sao-239-novos-venenos-em-seis-meses/](#). Acesso em: 22 de jul. de 2019.

De abelhas a trabalhadores: o ciclo de morte gerado pelos agrotóxicos. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/de-abelhas-a-trabalhadores-o-ciclo-de-morte-gerado-pelos-agrotoxicos/?fbclid=IwAR28vazGZZF0k7v4h9Eb--YjmeNmZiFobJpUfKUWvq5Emm2aED7D4YqEZYw>. Acesso em: 22 de jul. de 2019.

Lançado na Europa mapa do envenenamento de alimentos no Brasil. Disponível em: https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-ambientais/lancado-na-europa-mapa-do-envenenamento-de-alimentos-no-brasil/?fbclid=IwAR0ID_OkY15V9FwlaV5fUMNKvj-0c56xw5_QshnbA8eFcBDqm8swGGtgE54. Acesso em: 22 de jul. de 2019.

Aumenta o Número de Pessoas Envolvidas em Conflitos no Campo em 2018. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/67-espaco-para-imprensa/14132-release-aumenta-o-numero-de-pessoas-envolvidas-em-conflitos-no-campo-em-2018-cpt-assessoria-de-comunicacao?Itemid=0>. Acesso em: 22 de jul. de 2019.

Sobre a base de conhecimento. Disponível em: <https://basedeconhecimento.fpagropecuaria.org.br/sobre-a-base-de-conhecimento/>. Acesso em: 22 de jul. de 2019.